



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 0219/2024

ALHANDRA, 19 DE SETEMBRO DE 2024.

Regulamenta o uso de arma de fogo pela Guarda Civil Municipal de ALHANDRA e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes.

CONSIDERANDO que o porte de arma de fogo poderá ser autorizado aos integrantes das Guardas Civas Municipais, com fundamento no Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 a lei 10.867, de 12 de maio de 2004).

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de se estabelecer procedimentos para o controle do armamento e da munição, bem como disciplinar a autorização para o uso e porte de arma de fogo pelo Guarda Civil Municipal do Município de ALHANDRA-PB,
DECRETA:

TÍTULO I
DO USO DA ARMA DE FOGO

Art. 1º. O Guarda Civil Municipal que comprovar a realização de treinamento técnico poderá ter autorização para portar arma de fogo, observadas as normas estabelecidas na legislação aplicável e neste Decreto.

Parágrafo único. O treinamento técnico previsto no caput deverá ser de, no mínimo, sessenta horas para porte de armas de repetição e cem horas para porte de armas semi-automáticas.

TÍTULO II
DO PORTE DE ARMA DE FOGO

Art. 2º. O porte de arma de fogo será autorizado ao Guarda Civil Municipal diretamente pela Polícia Federal.

Parágrafo único. Quando firmado convênio entre o Município de ALHANDRA e a Polícia Federal, e durante sua vigência, o porte de arma de fogo será autorizado pelo Prefeito, ou a quem este expressamente delegar a atribuição.

Art. 3º. O porte de arma de fogo será autorizado ao Guarda Civil Municipal conforme dispuser a lei, nos limites territoriais do Estado da Paraíba.

Art. 4º. O porte de arma de fogo do Guarda Civil Municipal poderá ser suspenso temporária ou preventivamente, quando:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

I - a conduta do Guarda Civil Municipal for considerada inadequada pelo Superintendente da Guarda Civil Municipal, o qual deverá justificar através de relatório circunstanciado, assegurando todavia, o direito a ampla defesa e ao contraditório;

II - por solicitação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal, a Superintendência da Guarda Civil Municipal;

III - estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, inquérito policial ou processo judicial pela prática culposa ou dolosa de infração disciplinar, contravenção penal ou crime.

Art. 5º. O Guarda Civil Municipal que estiver licenciado para tratar de interesse particular ou tratamento médico terá suspenso o porte de arma de fogo, enquanto perdurar o afastamento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente.

Art. 6º. O Guarda Civil Municipal perderá o porte de arma, em caráter definitivo, caso seja condenado, após apuração dos fatos que ensejaram a suspensão temporária ou preventiva, conforme decisão proferida em processo administrativo ou judicial.

TÍTULO III
DO EMPRÉSTIMO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Art. 7º. As armas de fogo e as munições pertencem ao patrimônio municipal, serão fornecidas ao Guarda Civil Municipal, a título de empréstimo, de 02 (duas) modalidades:

I - por dia, chamado de empréstimo diário;

II - por até 12 (doze) meses seguidos ou não, chamado de empréstimo por cautela, sujeito a prorrogação por igual ou diverso prazo, a critério do Superintendente da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O empréstimo de armamento e munição institucionais não será autorizado ao Guarda Civil Municipal que incorrer nas situações previstas no art. 4º deste Decreto.

Art. 8º. O empréstimo diário de armamento e munição far-se-á por meio de registro em Livro de Carga e Controle de Armamento.

Art. 9º. O empréstimo por cautela será feito mediante Termo de Responsabilidade e Cautela de Armamento e Munição, conforme modelo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 10. Independentemente da modalidade de empréstimo, o guarda civil municipal será o responsável pela guarda e manutenção do armamento e da munição, obrigando-se a repará-los ou repô-los, independentemente de culpa, em casos de dano, extravio, furto ou roubo, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvados os casos fortuitos e de força maior ou atos praticados em



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

legítima defesa, exercício regular de direito ou indispensáveis à remoção de perigo iminente.

Art. 11. O Guarda Civil Municipal, ao portar arma de fogo, em serviço ou fora dele, deverá portar a carteira de identidade funcional e o Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§1º O uso em serviço de arma de fogo de propriedade particular do Guarda Civil Municipal poderá ser autorizado, em casos excepcionais, pelo Superintendente da Guarda Civil Municipal.

§2º A carteira de identidade funcional do Guarda Civil Municipal deverá informar a existência de autorização para o porte de arma de fogo funcional e as condições em que o porte será exercido.

TÍTULO IV
DO CONTROLE DO ARMAMENTO

Art. 12. O armamento institucional deverá ser armazenado em local com acesso restrito e controlado, que deverá conter dispositivos de segurança físicos e eletrônicos, denominado Reserva de Armamento.

Parágrafo único. A Reserva de Armamento deverá conter paredes em alvenaria de concreto, além de portas e janelas contendo grades metálicas, alarmes sonoros e vigilância por imagens.

Art. 13. O controle do armamento será exercido por Guarda Civil Municipal especialmente designado para:

- I - manter a organização da Reserva de Armamento;
- II - registrar e inventariar o armamento em livro próprio e fornecer relação pormenorizada que integrará o inventário patrimonial municipal;
- III - exercer o controle referente à entrada e saída de todo armamento;
- IV - realizar manutenção preventiva do armamento;
- V - efetuar mensalmente uma inspeção no material, devendo encaminhar relatório da inspeção a Superintendência da Guarda Civil Municipal, que adotará as providências cabíveis à substituição, reposição ou baixa no armamento.

Parágrafo único. A saída do armamento está condicionada à assinatura do Termo de Responsabilidade pelo Guarda Civil Municipal constante do Anexo II deste Decreto.

TÍTULO V
DO CONTROLE DA MUNIÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 14. O controle da munição será exercido por Guarda Civil Municipal especialmente designado para:

- I- registrar a munição em livro próprio;
- II- exercer o controle referente à entrada e saída de munição;
- III- comunicar diária e imediatamente a Superintendência da Guarda Civil Municipal toda perda, falta, dano, extravio, furto, roubo ou uso de munição;
- IV- realizar a conciliação das informações diárias recebidas dos Guardas Civis Municipais sobre o uso da munição;
- V- realizar mensalmente inspeção no material, devendo encaminhar relatório a Superintendência da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. A entrega da munição está condicionada à assinatura do Termo de Responsabilidade constante do Anexo II deste Decreto.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O requerimento para o porte de arma de fogo deverá ser preenchido e assinado pelo Guarda Civil Municipal, conforme modelo constante do Anexo III deste Decreto.

Art. 16. Os integrantes da Guarda Civil Municipal, ao portarem arma de fogo fora do horário de serviço e em locais públicos, ou onde haja aglomeração de pessoas, deverão fazê-lo de forma discreta e não ostensiva, de modo a evitar constrangimentos a terceiros.

Art. 17. O portador de arma de fogo deverá ser submetido, a cada 2 (dois) anos, a teste de capacidade psicológica.

Art. 18. Sempre que houver ocorrência que resulte em disparo de arma de fogo, com ou sem vítima, o Guarda Civil Municipal deverá apresentar a Superintendência e à Corregedoria da Guarda Civil Municipal relatório circunstanciado para justificar o motivo da utilização da arma e possibilitar a devida apuração.

Art. 19. A Diretoria Administrativa é o órgão responsável pela solicitação e o acompanhamento dos laudos psicológicos exigidos pela Lei n.º 10.826/2003, para expedição do porte funcional de arma de fogo, competindo-lhe:

- I- solicitar, sempre que necessário, novos laudos psicológicos;
- II- acompanhar os prazos de validade dos laudos psicológicos;
- III- adotar as providências cabíveis para a renovação dos laudos psicológicos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

antes do respectivo vencimento;

IV- solicitar a Superintendência da Guarda Civil Municipal a relação dos Guardas Civis Municipais que serão submetidos a testes psicológicos.

Art. 20. O Guarda Civil Municipal deverá portar, obrigatoriamente, a Cautela de Material Bélico, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos por aplicação das normas contidas na Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Estatuto da Guarda Municipal de Alhandra e pelo Superintendente da Guarda Civil Municipal de Alhandra.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alhandra, em 19 de setembro de 2024.



MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE MATERIAL

TIPO	ESPÉCIE	CALIBRE	Nº DE SÉRIE	QUANTIDADE
PISTOLA				
REVOLVER				
CARABINA				
ESPINGARDA				
MUNIÇÃO				
COLETE				

Fica o material bélico acima descrito, cautelado ao servidor identificado, conforme previsto no art. 6.º, Inciso III e § 1.º da Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003.

Assinatura do Guarda Civil Municipal
responsável pela Reserva de Armamento

Assinatura do Guarda Civil Municipal
Válido somente com apresentação da Carteira de Identificação Funcional
do Guarda Civil Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CAUTELA DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Pelo presente documento, eu, _____ matrícula n. _____ CPF, _____ Guarda Civil Municipal; aceito, sob forma de cautela pessoal e intransferível, o armamento e munição abaixo relacionados, de propriedade do patrimônio Municipal de ALHANDRA, ficando sob minha total responsabilidade zelar por sua conservação, adotando as medidas necessárias contra danos, furto, roubo, extravio ou perda, comprometendo-me a comunicar, imediatamente à unidade policial local, caso ocorra qualquer um dos fatos supramencionados, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, encaminhando cópia do Boletim de Ocorrência a Superintendência da Guarda Civil Municipal para remessa ao Departamento Regional da Polícia Federal, para fins de cadastro no SINARM.

Declaro conhecer as legislações Federais e Municipais que tratam do uso e "Porte de Arma" em território Nacional.

ARMA			MUNIÇÃO	
TIPO	CALIBRE	Nº DE SÉRIE	QUANTIDADE	IDENTIDADE

ARMAMENTO MUNIÇÃO

Tipo Calibre Nº.Série Quantidade Identificação Informações Complementares
Rua: _____ nº.: _____ Complemento: _____ Bairro: _____
_____ Município: _____ Telefone
residencial: _____
Celular: _____ E- mail: _____

Atesto serem verdadeiras as informações acima.

ALHANDRA, de _____ de 20 ____.

Assinatura



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

REQUERIMENTO

Eu, _____ matricula nº.: _____
Cargo: _____ Lotação: _____ Estado
civil: _____ naturalidade, _____ Endereço: _____
_____ telefone de
contato, (____) _____ E-mail _____,

Com fundamento no Decreto Municipal N° solicito que seja deferido o direito ao porte de arma de fogo nos termos do artigo 6º, inciso III, Parágrafo §1º, da Lei Federal 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04, pelos seguintes motivos (esclarecer que necessita de permanecer com a arma de fogo da Instituição após o término do expediente, se for o caso):

Segue anexa a documentação exigida para o uso e porte de arma de fogo, para apreciação do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal. Nestes termos, peço e aguardo o deferimento.

ALHANDRA,,,

Assinatura do requerente